

**SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI
DEPARTAMENTO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL – DR/RS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(valores em R\$)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Estrutura jurídica e objetivos institucionais

O Departamento Regional do Rio Grande do Sul do Serviço Social da Indústria – SESI, fundamenta-se como órgão administrativo com jurisdição no Estado do Rio Grande do Sul, subordinado ao Serviço Social da Indústria, entidade de direito privado, administrado pela Confederação Nacional da Indústria, nos termos do Decreto-Lei n.º 9.403, de 25 de junho de 1946, tendo por objetivos, conforme Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 57.375, de 2 de dezembro de 1965, capítulo I, artigo 5º:

- Alfabetização do trabalhador e seus dependentes;
- Educação de base;
- Educação para a economia;
- Educação para a saúde (física, mental e emocional);
- Educação familiar;
- Educação moral e cívica;
- Educação comunitária.

O SESI, em face dos seus objetivos sociais, é imune a impostos federais, de acordo com o artigo 150, inciso VI, alínea “c” da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

b) Fontes de recursos

Os recursos orçamentários do SESI são originados de: (i) parcelas da contribuição compulsória, recolhidas pelas empresas industriais ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, transferidas ao Departamento Nacional - DN e repassadas por este, com retenção de 25%; (ii) parcelas da mesma contribuição arrecadadas diretamente através de Termos de Cooperação Técnica e Financeira com as citadas empresas, com desconto de 3,5%; (iii), bem como da prestação de serviços às comunidades, nas áreas de atuação acima relacionadas.

O desempenho dos recursos compulsórios nos últimos dois anos ocorreu conforme quadro abaixo.

Receitas de Contribuições	Jan a dez-24	Jan a dez-25	Variação	Orçado Jan a dez 2025	Variação
	R\$	R\$	%	R\$	%
Contribuições Diretas	190.565.271,83	201.564.051,27	5,77%	207.563.977,00	97,11%
Contribuições Indiretas	178.217.100,25	195.538.694,12	9,72%	189.724.546,10	103,06%
TOTAL	368.782.372,08	397.102.745,39	7,68%	397.288.523,10	99,95%

2. BASE PARA A ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a lei 4320 de 17 de março de 1964, normas emanadas do Departamento Nacional - DN, Tribunal de Contas da União e Secretaria Federal de Controle Interno, Resolução CFC 2018/NBCTSP11 que aprovou a NBC TSP 11 e o MCASP, tendo sido aprovadas pela diretoria em 27 de janeiro de 2026. A seguir seguem as demonstrações e comparativos elaborados:

- a) **Balanco Patrimonial:** destina-se a demonstrar as contas que compõem o Ativo Financeiro (Circulante), o Ativo Não Circulante e as do Passivo Financeiro (Circulante), e do Saldo Patrimonial (Patrimônio Social), além de grupos intermediários de contas pendentes e transitórias;
- b) **Balanco Orçamentário:** Evidencia o confronto entre os valores previstos e realizados dos elementos de receitas e despesas, suas variações e o resultado apurado;
- c) **Balanco Financeiro:** para demonstrar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos disponíveis que se transferem de um para outro exercício;
- d) **Demonstração das Variações Patrimoniais:** evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício;
- e) **Demonstração dos Fluxos de Caixa:** Evidencia a geração de caixa ocorrida no período e as variações dos elementos de ativos e passivos;
- f) **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:** evidencia a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido durante o exercício social.
- g) **Notas Explicativas:** São informações relevantes complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.
- h) **Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada:** demonstram as receitas orçadas, as receitas arrecadadas e as diferenças entre ambas;
- i) **Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada:** demonstram as despesas autorizadas, as despesas realizadas e as diferenças entre ambas.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de Ativos, Passivos, Receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e previstas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da entidade nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas

contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer período futuro afetado.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Nota 15 - Depreciação;

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS APLICADAS

- a) **Reconhecimento das Receitas e Despesas Orçamentárias:** As receitas das contribuições compulsórias bem como as demais receitas, despesas e custos são reconhecidos pelo regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.
- b) **Contribuição Compulsória:** os créditos da arrecadação compulsória em atraso e parcelados foram reconhecidos em conta de resultado extraorçamentário, com o fim de apresentação do montante a receber nas demonstrações contábeis. Os créditos em juízo e ainda não parcelados foram provisionados no ativo circulante e receberam um débito de igual valor a título de provisão para perda no recebimento dos créditos.
- c) **Aplicações financeiras:** são mantidas por exigência legal (artigo 55, Caput do Regulamento aprovado pelo decreto nº 57.375, de 2 de dezembro de 1965), exclusivamente no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal e incluem os rendimentos incorridos da data da aplicação até a do encerramento do exercício. Os recursos de terceiros também são aplicados no Barrisul por força de convênio.
- d) **Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa:** foi constituída em montante considerado suficiente para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, considerando 100% dos créditos vencidos há mais de 180 dias, totalizando no circulante em 2025 R\$ 4.618.528,99 (R\$ 3.890.901,70 em 2024).

Os créditos de arrecadação compulsória parcelados, vencidos e em cobrança judicial que estão classificados no longo prazo pela falta de expectativa de recebimento, também tiveram constituída uma provisão de perdas, totalizando R\$ 7.860.412,36 (R\$ 7.983.708,67 em 2024).

Os créditos da arrecadação compulsória em juízo (notificações) e ainda não parcelados foram provisionados no ativo circulante e receberam um débito de igual valor a título de provisão para perda no recebimento dos créditos, totalizando em 2025 o montante de R\$ 9.760.039,39 (R\$ 9.567.974,07 em 2024).

- e) **Investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição e no caso do fundo de reserva patrimonial do condomínio do qual é condômino, pelo valor do seu patrimônio líquido, proporcional a sua participação.

87

7

- f) **Imobilizado:** os bens do imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção, acrescido do valor de reavaliação espontânea realizada em exercício de 1999; as depreciações são calculadas às taxas referidas na Nota 15, estabelecidas em função do prazo de vida útil desses bens.
- g) **Uso de Estimativa:** Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da entidade incluem, portanto, estimativas referentes a provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para perda no recebimento de créditos, avaliação das vidas úteis dos ativos imobilizados e intangíveis. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração.
- h) **Ativos e Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração**
- São inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação diretamente atribuíveis após o reconhecimento inicial, se aplicáveis, cujos registros são reconhecidos imediatamente no resultado. Os ativos financeiros incluem Caixa e equivalentes, aplicações financeiras e recursos a receber de qualquer natureza, já os passivos incluem contas a pagar a fornecedores, contribuições, convênios e demais contas correntes passivas.

4. INSS PATRONAL e PIS S/ FOLHA DE PAGAMENTOS

O SESI RS, em razão de suas particularidades legais e forma de atuação, ajuizou ação judicial para declarar, pela via judicial, a sua imunidade e ampla isenção fiscal em relação às contribuições patronais recolhidas à Seguridade Social, previstas no artigo 22, incisos I, II e III da lei nº 8.212/91 (patronal, RAT, contribuintes individuais e PIS).

A Justiça Federal da 1ª Região/3ª Vara Federal Cível da SJDF reconheceu em julgamento de mérito conforme sentença proferida em 27/09/2021 que o SESI-RS é um serviço social autônomo e entidade beneficente nos termos do § 7º do art. 195 da Constituição Federal, c/c o art. 14 do Código Tributário Nacional, declarando a sua imunidade tributária, bem como a inexigibilidade das suas contribuições para a seguridade social, conforme processo nº 1041544-33.2021.4.01.3400.

Com base nesta decisão a entidade deixou de recolher os tributos mencionados a partir da competência 09/21, com repercussão financeira a partir do mês de outubro do mesmo ano.

Mesmo sendo está uma decisão de 1ª instância, que ainda cabe recursos, o Jurídico da entidade entende que a probabilidade de perda da causa, em instâncias superiores, com a reversão da decisão é remota, haja vista a ocorrência de decisões semelhantes em outros Estados da Federação. Por causa deste entendimento a entidade não registrou provisão de perda para este processo.



5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os recursos da entidade encontram-se aplicados da seguinte forma:

Caixa e Equivalentes	2025	2024
Caixa	81.687,25	73.656,48
Bancos conta movimento	72.177,11	58.940,43
Bancos conta Convenios e Acordos	200,00	-
Aplicações de liquidez imediata	198.159.884,83	97.734.487,06
Numerário em trânsito	3.024,00	-
Aplicações de curto e longo prazos	268.586.317,69	250.440.365,06
Total	466.903.290,88	348.307.449,03

Do valor registrado no Caixa e Equivalentes em 2025 o saldo Sem Restrições ficou em R\$ 454.181.082,84 (R\$ 347.727.779,58 em 2024), o montante Com Restrições em 2025 ficou em R\$ 12.722.208,04 (R\$ 579.669,45 em 2024).

Os valores aplicados no Banco do Brasil e Caixa econômica federal tiveram os rendimentos acumulados conforme o quadro abaixo.

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DE LONGO PRAZO COM LIQUIDEZ IMEDIATA

dez/2025

INSTUIÇÃO FINANCEIRA	FUNDO DE INVESTIMENTOS	SALDO APLICAÇÕES	RENDIMENTOS	RENDIMENTOS %	META (CDI)	ATINGIMENTO DA META %	INDICES DE MERCADO	
							CDI	SELIC
BANCO DO BRASIL	BB ATENAS 10	92.086.141,25	958.231,11	0,8817	1,2199	70,64%	1,2199	1,2200
BANCO DO BRASIL	BB RF LP CORPORATE	135.602.537,45	1.335.234,89	1,2253	1,2199	100,44%	1,2199	1,2200
BANCO DO BRASIL	BB COMPARTILHADO	97.401.904,88	1.188.948,84	1,2357	1,2199	101,30%	1,2199	1,2200
CAIXA	CAIXA FICNI	10.600.000,67	122.475,48	1,1689	1,2199	95,82%	1,2199	1,2200
CAIXA	CAIXA CDB FLEX EMPRESARIAL 101,5%	8.197.011,93	100.264,87	1,2382	1,2199	101,50%	1,2199	1,2200
CAIXA	CAIXA CDB FLEX EMPRESARIAL 101%	13.983.759,80	170.210,55	1,2321	1,2199	101,00%	1,2199	1,2200
CAIXA	CAIXA CDB FLEX EMPRESARIAL 100%	5.359.682,84	64.596,28	1,2199	1,2199	100,00%	1,2199	1,2200
CAIXA	CAIXA CDB FLEX EMPRESARIAL 100,3%	3.666.450,59	44.320,75	1,2236	1,2199	100,30%	1,2199	1,2200
CAIXA	CAIXA CDB FLEX EMPRESARIAL 100%	4.374.970,20	52.728,28	1,2199	1,2199	100,00%	1,2199	1,2200
CAIXA	CAIXA FIDIANANTE CORP RF CP LP	59.340.715,80	724.969,18	1,2377	1,2199	101,46%	1,2199	1,2200
CAIXA	CAIXA FIC MAXI RENDA FIXA CP LP	35.096.530,81	429.731,55	1,2396	1,2199	101,61%	1,2199	1,2200
TOTAL	TODAS APLICAÇÕES	465.709.706,22	5.191.611,58	1,1911	1,2199	97,64%	1,2199	1,2200

6. CLIENTES

A carteira de clientes está assim composta:

Descrição	2025 Circulante	2025 Não Circulante	2024 Circulante	2024 Não Circulante
Serviços Prestados	8.988.280,80		7.222.720,93	
Parcelamento de Dívidas	1.335.710,89		1.097.810,99	
Serviços Educacionais	30.263.713,45		26.385.091,72	
Arrecadação Direta	2.001.380,09	10.771.212,14	2.013.068,59	12.084.137,68
Cartão SESIMAX	72.741,87		2.213.880,09	
Outros	4.584.333,94		2.576.138,28	
TOTAL	47.246.161,04	10.771.212,14	41.508.710,60	12.084.137,68
Provisão para perdas	(4.618.528,99)	(7.860.412,36)	(3.890.901,70)	(7.983.708,67)
Saldo Líquido de provisões	42.627.632,05	2.910.799,78	37.617.808,90	4.100.429,01



As receitas de serviços educacionais são inicialmente registradas no ativo circulante, na conta Clientes, referentes à venda de cursos de curta e longa duração. A contrapartida contábil ocorre na conta "Contas Correntes Passivas", classificada no passivo circulante, até a data da efetiva prestação.

Quando o serviço é prestado, o valor correspondente é transferido para a conta de Receita.

Do saldo atualmente registrado no ativo, o montante de R\$ 26.418.691,51 (R\$ 22.609.973,26 em 2024) refere-se a valores correspondentes a serviços ainda não realizados.

7. ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

São valores adiantados por conta de férias cujo período de gozo termina somente no mês seguinte, neste caso, ultrapassando do exercício fiscal.

8. DEPARTAMENTOS CONTA MOVIMENTO

Refere-se a conta corrente com o Departamento Nacional do SESI e demais Departamentos Regionais, e registra valores gastos antecipadamente pela entidade e que serão reembolsados.

9. RECEITAS A RECEBER

Nesta rubrica o valor de R\$ 25.771.487,46 (R\$ 23.025.701,74 em 2024) temos o montante devido pelo Departamento Nacional do SESI referente as parcelas de dezembro e de 13º salário da arrecadação indireta (75%), deduzido dos 25% da arrecadação direta de novembro dos valores pagos excepcionalmente direto ao RS, cujo repasse ocorre sempre no mês subsequente ao do recebimento (janeiro).

10. SISTEMA INDÚSTRIA CONTA MOVIMENTO

Refere-se a conta corrente com o Condomínio do Sistema FIERGS e registra valores a receber relativo a operações internas como o compartilhamento das estruturas de apoio e demais serviços.

11. VALORES A APROPRIAR

Composto pelo montante de R\$ 3.213.341,04 (R\$ 3.375.808,12 em 2024), sendo o principal valor deste grupo o de R\$ 3.180.920,95 (R\$ 3.354.991,97 em 2024) que se refere ao saldo dos valores pagos ao Condomínio que administra o complexo administrativo onde se localiza a sede do Departamento Regional do SESI, e serve para a execução de obras nas áreas de uso comum.

O seu uso faz com que o SESI transfira o valor para a conta de participações no grupo de investimentos.

12. DESPESAS ANTECIPADAS

São valores pagos antecipadamente por prêmios de seguros e licenciamento de uso de softwares cuja vigência ultrapassa o exercício de 2025.

13. DEPÓSITOS PARA RECURSOS JUDICIAIS

Refere-se a processos decorrentes da Justiça do Trabalho e outros, estando assim compostos:

Espécie	2025	2024
Reclamatórias trabalhistas	1.757.157,00	3.015.469,95
Outros	1.322.816,93	1.322.816,93
Total	3.079.973,93	4.338.286,88

14. INVESTIMENTOS

Refere-se a ações da CRT e CTMR, bem como a parcela de participação da entidade no Fundo de Reserva Patrimonial, formado pela sua participação no Ativo imobilizado do Condomínio Institucional do Sistema FIERGS por ser condômino juntamente com o SENAI e o CIERGS.

15. IMOBILIZADO

- a) Os bens da entidade são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil do bem, fixadas por espécie de bem.
- b) A utilização destas taxas obedece a Resoluções dos Conselhos da CNI, do SESI, do SENAI e do IEL, que determina a aplicação destas taxas a todas as Entidades Nacionais e Regionais do Sistema Indústria.
- c) Não houve mudanças nas estimativas em relação a valores residuais, vida útil econômica, métodos e taxas utilizadas.

As contas, saldos e taxas de depreciação do imobilizado estão demonstradas a seguir:

B
f

Contas	Taxa	Vida útil	R\$ / 2024	R\$ / Aquisições	R\$ / Baixas	Transferência	Ajustes/D oações	R\$ / 2025
Bens Imóveis								
Terrenos	-		20.414.315,73					20.414.315,73
Prédios	2%	50	347.005.930,99			58.781.230,62	10.000,60	405.797.162,21
Construções em Andamento	-		101.977.468,60	56.004.199,69		- 70.434.660,06	- 0,76	87.547.007,47
Instalações	10%	10	8.384.550,38			11.249.160,43		19.633.710,81
Benf. em Imóveis de Terceiros	10%	10	4.712.335,44			404.269,01		5.116.604,45
Total			482.494.601,14	56.004.199,69	-	0,00	9.999,84	538.508.800,67
(-) Depreciação Acumulada			91.279.874,91	9.188.111,45				100.467.986,36
Total			391.214.726,23	46.816.088,24	-	0,00	9.999,84	438.040.814,31
Bens Móveis								
Equip. Máquinas e Aparelhos	10%	10	15.185.603,92	1.380.804,14	799.755,39			15.766.652,67
Veículos	20%	5	16.447.173,42		6.000,00			16.441.173,42
Equip. Médicos e Odontológicos	10%	10	9.892.282,36	1.282.092,66	656.974,44			10.517.400,58
Equip. de Informática	20%	5	44.300.300,74	3.381.320,08	3.849.155,98		13.132,55	43.845.597,39
Mobiliário em Geral	10%	10	18.863.073,54	3.046.504,13	1.023.694,79			20.885.882,88
Instrumentos Musicais	10%	10	861.984,82	135.646,61	2.895,00			994.736,43
Equip. Esportivos	10%	10	5.040.272,56	2.565.802,08	340.043,90			7.266.030,74
Equip. de Comunicação	10%	10	155.931,15	16.638,88	2.865,00			169.705,03
Total			110.746.622,51	11.808.808,58	6.681.384,50	-	13.132,55	115.887.179,14
(-) Depreciação Acumulada			60.284.029,73	11.933.108,58	5.990.596,84			66.226.541,47
Total			50.462.592,78	- 124.300,00	690.787,66	-	13.132,55	49.660.637,67
Total Geral			441.677.319,01	46.691.788,24	690.787,66	0,00	23.132,39	487.701.451,98
Total depreciação				21.121.220,03	5.990.596,84			
Total sem depreciação				67.813.008,27	6.681.384,50			

Redução ao valor recuperável

Em atendimento a lei 6404/76, alterada pela lei 11638/04, a NBC TG 01, ao ITG 2002, a NBC TG 1000 e ao MCASP, no que se refere a redução ao valor recuperável de ativos, entende-se que a entidade deve efetuar periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível a fim de que sejam:

I – Registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou

II – Revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

Analisando a ITG 2002 verificamos no seu parágrafo 20, abaixo, a seguinte orientação:

20. Aplica-se aos ativos não monetários a Seção 27 da NBC TG 1000, que trata da redução ao valor recuperável de ativos e a NBC TG 01, quando aplicável.

A Seção 27 da NBC TG 1000, transcrita abaixo, orienta da seguinte forma:

Outros ativos, exceto estoques.

Princípios gerais

27.5 Se, e apenas se, o valor recuperável do ativo for menor que seu valor contábil, a entidade deve reduzir o valor contábil do ativo para seu valor recuperável. Essa redução é uma perda por desvalorização. Os itens 27.11 a 27.20 fornecem orientações sobre a mensuração do valor recuperável.

Indicadores de desvalorização

27.7 A entidade deve avaliar em cada data de divulgação se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado. Se tal indicação existir, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. Se não existir indicação de desvalorização, não é necessário estimar o valor recuperável.

27.9 Ao avaliar se existe qualquer indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

Fontes externas de informação

(a) Durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu sensivelmente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal.

(b) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado.

(c) As taxas de juros de mercado ou as outras taxas de retorno de mercado sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetam materialmente a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de ativo e diminuem o valor justo menos as despesas para vender o ativo.

(d) O valor contábil dos ativos líquidos da entidade é maior do que o valor justo estimado da entidade como um todo (tal estimativa pode ter sido feita, por exemplo, em relação ao potencial de venda de parte ou de toda a entidade).

Fontes internas de informação

(e) Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de ativo.

(f) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram no futuro próximo, na medida ou na maneira em que um ativo é utilizado ou espera-se que seja utilizado. Essas mudanças incluem: o ativo tornar-se inativo, planos para descontinuar ou reestruturar a operação na qual o ativo pertence, planos para alienar o ativo antes da data previamente esperada e revisão da vida útil do ativo como definida ao invés de indefinida.

(g) Evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de ativo é, ou será pior, que o esperado. Nesse contexto, o desempenho econômico inclui os resultados operacionais e os fluxos de caixa.

27.10 Se existir indicação de que um ativo pode ter sofrido desvalorização, isso pode indicar que a entidade deveria revisar a vida útil remanescente, o método de depreciação (amortização) ou o valor residual do ativo e ajustá-lo de acordo com a seção desta Norma que seja aplicável ao ativo (por exemplo, a Seção 17 – Ativo Imobilizado e a Seção 18 – Ativo Intangível Exceto Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (Goodwill)), mesmo que nenhuma perda por desvalorização seja reconhecida para o ativo.

Visando atender as normas acima, procedemos análise dos ativos da entidade a fim de identificar indicadores de desvalorização apontados por fontes internas e externas de informação, como segue:

Ativos

Relacionamos na tabela abaixo as contas do ativo permanente, que foram objeto da nossa análise:

Contas	Taxa	Vida útil	R\$ / Valor Bruto	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	R\$ / Valor líquido
Bens Imóveis					
Prédios	2%	50	405.797.162,21	(90.975.852,01)	314.821.310,20
Instalações	10%	10	19.633.710,81	(5.545.431,85)	14.088.278,96
Benf. em Imóveis de Terceiros	10%	10	5.116.604,45	(3.946.702,50)	1.169.901,95
Bens Móveis				-	-
Mobiliário em Geral	10%	10	20.885.882,88	(8.504.813,37)	12.381.069,51
Instrumentos Musicais	10%	10	994.736,43	(560.536,06)	434.200,37
Veículos	20%	5	16.441.173,42	(12.485.191,57)	3.955.981,85
Equip. Máquinas e Aparelhos	10%	10	15.766.652,67	(8.034.643,77)	7.732.008,90
Equip. Médicos e Odontológicos	10%	10	10.517.400,58	(5.583.471,16)	4.933.929,42
Equip. de Informática	20%	5	43.845.597,39	(28.021.316,65)	15.824.280,74
Equip. Esportivos	10%	10	7.266.030,74	(2.911.214,17)	4.354.816,57
Equip. de Comunicação	10%	10	169.705,03	(125.354,72)	44.350,31
Total			546.434.656,61	(166.694.527,83)	379.740.128,78

Resultado das Análises

- No que se refere as enchentes ocorridas no mês de maio de 2024, as instalações do SESI foram pouco afetadas, sendo apenas às áreas de uso comum da sede, o instituto de formação de professores, e uma unidade localizada no bairro Humaitá que estava cedida para uso do SENAI. Todos os locais já foram recuperados e todos os equipamentos danificados foram baixados e substituídos.
- A maioria dos ativos analisados são compostos por diversos itens de valores residuais baixos, (instrumentos musicais, veículos, equipamentos médicos, esportivos e de comunicação), desta forma focamos nossa análise nas contas de Mobiliário, prédios, máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e veículos, cujos saldos são mais relevantes e nos principais itens que as compõem;
- Identificamos na conta que registra o saldo de prédios, que em função das constantes obras de reformas, ampliações e adaptações para acessibilidade, PPCI e licenciamento ambiental, ocorridas nos últimos anos, os valores residuais foram atualizados e não houve outros fatores que pudessem diminuir sensivelmente o valor destes ativos. Em todas as avaliações de mercado feitas ao longo do ano, por empresas especializadas, os valores de mercado superaram os valores residuais contábeis.
- Nas demais contas, por já estarem depreciadas mais do que 40%, os bens não possuem saldo residual superior ao valor de mercado.
- Não identificamos situações de obsolescência ou dano físico nos ativos, nem tampouco redução do valor de mercado mais do que o esperado pelo uso, principalmente porque a

entidade adota política de efetuar inventários anuais de 100% dos bens e de dar baixa em todos os itens em desuso e danificados;

- Os ativos registrados encontram-se em pleno funcionamento/utilização atendendo as funções a que se destinam dentro das operações normais da Entidade.
- Não identificamos mudanças significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal em que a entidade atua ou utiliza o ativo.
- Não ocorreram mudanças significativas na forma como os ativos são utilizados. Ativos inativos são baixados, leiloados ou destinados.
- Não se identificou quaisquer evidências de que os ativos em questão sofreram redução de seu desempenho econômico.
- Nenhuma mudança significativa nas taxas de juros do mercado foi identificada.
- O valor contábil dos ativos líquidos, não é maior do que o valor justo estimado da entidade como um todo, haja vista, que a mesma gera receitas anuais em montantes iguais ou superiores ao valor de seus ativos.
- O resultado da Entidade demonstra que os investimentos nos ativos analisados estão sendo recuperados, pois verificamos a ocorrência de superávit no presente exercício; vide as suas demonstrações contábeis;
- A entidade possui regras estabelecidas para todas as etapas da gestão patrimonial (aquisições, baixas, transferências e inventários), inclusive de substituição do parque de TI.

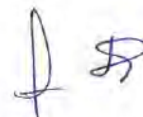
Relação dos Ativos

No sistema de controle patrimonial da entidade encontra-se a listagem dos principais itens que compõem os ativos objeto da análise, com todas as informações necessárias para a análise.

Fontes

Para fins da análise obtivemos as informações das fontes:

- Reuniões internas;
- Relatórios de inventários realizados;
- Processos de baixa apresentados aos conselheiros;
- Atas das reuniões do Conselho Regional;
- Relatório analítico do Sistema de Controle Patrimonial;
- Relação dos valores investidos nos últimos anos;
- Política de investimentos;
- Balanço Patrimonial;
- Consultas na Internet.



Conclusão

Pelas análises efetuadas não apuramos indícios de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, de forma que a sua vida útil remanescente, o método de depreciação, amortização ou valor residual para o ativo necessitem ser revisados e ajustados.

16. PROVISÕES

A Entidade mantém provisões suficientes para o pagamento de férias, contingências trabalhistas e judiciais, como seguem:

Descrição	2025 Circulante	2025 Não Circulante	2024 Circulante	2024 Não Circulante
Provisão para férias	17.071.434,32	-	16.984.699,08	-
Provisões para contingência trabalhista	4.508.785,12	5.767.637,37	5.359.837,77	671.632,46
Provisão para cont. judiciais cíveis	1.237.353,20	159.161,17	37.742,25	200.000,00
Total	22.817.572,64	5.926.798,54	22.382.279,10	871.632,46

a) Provisão para contingências trabalhistas

Os processos trabalhistas em dezembro de 2025 foram analisados, estimados e classificados individualmente pelos advogados internos da Unidade Jurídica e, baseada na opinião da provável perda dos processos documentada pelos advogados, a administração efetuou a sua provisão integral, cujo montante de R\$ 10.276.422,049 (R\$ 6.071.470,23 em 2024) foi julgado suficiente para cobrir perdas prováveis.

Quanto à exposição aos riscos dos processos classificados como perda possível pelos advogados, no montante de R\$ 4.100.832,30 (R\$ 7.128.044,69 em 2024), em atendimento às práticas contábeis, a administração realiza apenas a sua divulgação. Os montantes acima, quando aplicável, estão amparados por depósitos judiciais, conforme mencionado na Nota 13.

b) Provisão para férias e encargos sobre férias

Os valores são apurados sobre o tempo vencido de acordo com o período aquisitivo de cada funcionário cujo montante foi de R\$ 17.071.434,32 (R\$ 16.984.699,08 em 2024).

c) Provisão para Contingências judiciais cíveis

Foi constituída a provisão de R\$ 1.396.514,37 (R\$ 237.742,25 em 2024) para cobrir perdas com processos decorrentes de ações judiciais movidas contra a entidade, cujo montante foi considerado de perda provável pelos seus advogados.

A administração com base em informações de seus assessores jurídicos, em análise das demandas judiciais pendentes, constituiu as provisões mencionadas acima consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis estimadas sobre as ações em curso.

17. DEPARTAMENTO CONTA MOVIMENTO E CONVÊNIOS ARRECAÇÃO DIRETA

Departamento conta movimento é o saldo recebido do CN para os projetos de auxílio às escolas e a população atingida pelas enchentes e ainda não utilizado, bem como os 25% pertencentes ao DN sobre os valores em atraso e parcelados pela entidade junto a seus credores, que só serão repassados quando do recebimento das parcelas.

Convênio arrecadação direta, refere-se ao montante devido pela entidade do RS ao seu DN pelo recebimento de forma direta das contribuições compulsórias sobre parcelamentos e adicionais de empresas conveniadas, 25% do valor efetivamente arrecadado em dezembro, inclusive sobre 13º salário, conforme consta em seu regulamento (convênio arrecadação).

18. SISTEMA INDÚSTRIA CONTA MOVIMENTO

Refere-se a conta corrente entre as entidades do Sistema Indústria, principalmente em relação ao convênio que regula a gestão compartilhada das áreas de apoio e o repasse regulamentar de 7% sobre as receitas compulsórias à FIERGS e 1,5% ao IEL, como segue:

ENTIDADE	2025	2024
FIERGS	4.994.072,87	4.813.398,86
CIERGS	213.511,60	637.985,00
SENAI	-	39.213,13
IEL	460.469,06	1.241.479,40
TOTAL	5.668.053,53	6.732.076,39

19. CONVÊNIOS E ACORDOS

Se refere a saldo de valores recebidos de terceiros para execução de ações que ocorrerão no exercício seguinte. São eles:

Convênio	2025	2024
Edital Gaúcho de Inovação	-	47.234,41
Projeto Cultural capacitação em gestão	-	150.000,00
Projeto Cultural pesquisa hábitos culturais	-	34.000,00
Projeto Cultural eventos culturais	-	224.000,00
Projeto Navegar	120.374,17	111.248,17
Centro de ciências humanas	14.237,43	
Projeto Cuidado Coordenado em Depressão	132.000,00	
Projeto Seja Pró	2.156.490,00	
Outros	31,39	13.186,87
Total	2.423.132,99	579.669,45

20. CONTAS CORRENTES PASSIVAS

Do saldo de R\$ 31.081.777,64 (R\$ 24.222.541,93 em 2024), o valor de R\$ 26.178.541,72 (R\$ 22.425.805,66 em 2024) refere-se a títulos com correspondência no ativo (clientes), pois a prestação do serviço só ocorrerá no exercício seguinte, o montante de R\$ 894.041,46 (R\$ 1.129.015,75 em 2024) referente valor devido à FIERGS pelos 7% regulamentar sobre os parcelamentos registrados no ativo, que só serão liquidados quando de seu efetivo recebimento, bem como a quantia de R\$ 3.306.631,25 referente ao saldo ainda não utilizado de recurso recebido do DN para aplicação na construção da escola de ensino médio no município de Bento Gonçalves. A conta registra ainda um passivo decorrente de cartões SESIMAX, R\$ 385.589,69 (R\$ 458.520,31 em 2024) comprados pelos seus clientes e entregue a funcionários para aquisição de itens de alimentação que ainda não foram consumidos, bem como outros pequenos valores com credores diversos.

21. SEGUROS

A administração mantém seguros dos bens patrimoniais da entidade em montantes e modalidades consideradas suficientes para a cobertura de eventuais danos e prejuízos, inclusive no que tange à continuidade normal de suas operações e atividades.

22. SALDO PATRIMONIAL

Demonstra-se, no quadro abaixo, a evolução do saldo patrimonial da entidade:

Discriminação	2025	2024
Saldo no início do exercício	787.349.088,75	686.891.038,70
Superávit do exercício	170.079.593,07	100.458.050,05
Saldo no fim do exercício	957.428.681,82	787.349.088,75

23. RECONHECIMENTO DE RECEITAS E DESPESAS

a) Receitas de contribuições

É o registro dos recursos advindos do recolhimento das contribuições compulsórias, direta e indireta, incidentes sobre a folha de pagamento das empresas industriais contribuintes, à razão de 1,5%. O valor registrado, pelo regime de competência, refere-se a 75% do valor pago, haja vista que 25% ficam a cargo do Departamento Nacional, órgão administrativo de âmbito nacional incumbido de promover, executivamente os objetivos institucionais, nos setores técnico, operacional, econômico, financeiro, orçamentário e contábil da entidade.

b) Receitas Patrimoniais

São receitas oriundas de juros e correção monetária dos recursos aplicados no mercado financeiro, exclusivamente em bancos oficiais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal).



c) Receitas de Serviços

Decorre da contraprestação por serviços prestados a clientes nas áreas de atuação do SESI, exceto àqueles de cunho 100% gratuito por força da sua natureza social.

d) Custo dos produtos vendidos

Se refere aos custos com pessoal, ocupações, materiais e serviços de terceiros, consumidos diretamente no processo de prestação de serviços aos clientes da entidade.

e) Transferências Correntes

Referem-se a recursos recebidos por convênios firmados com o seu Departamento Nacional e/ou demais entidades públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos voltados a consecução de seus objetivos institucionais.

f) Receitas de Capital – Alienação de Bens

São valores recebidos pela venda de bens em desuso sempre executados por meio de licitação com ampla publicidade como determina seu regulamento e legislação aplicada.

g) Receitas de Capital - Subvenções e Auxílios

São valores recebidos do Departamento Nacional do SESI como auxílio financeiro para a execução de despesas de capital.

h) Despesas correntes

São despesas com pagamento da folha de pessoal próprio, aquisição de materiais de consumo, bem como a contratação de serviços, aplicados na execução de suas atividades fim, ou seja, gastos necessários ao custeio de suas operações.

i) Transferências a instituições privadas

São repasses regulamentares para a manutenção da entidade de administração superior a cargo da Federação das Indústrias local (FIERGS), bem como do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) do qual é mantenedor juntamente como SENAI e a FIERGS.

j) Despesas de Capital - Investimentos

Refere-se à aplicação de recursos na aquisição de bens móveis e imóveis pelo condomínio da sede, no qual a entidade possui participação, com a finalidade de acompanhar a execução orçamentária desses investimentos. Tais aplicações possuem como contrapartida receitas extraorçamentárias, com a consequente inscrição e controle no Ativo Permanente – Imobilizado.



24. ORÇAMENTO E EXECUÇÃO

O orçamento e a execução orçamentária do SESI apresentam-se com as seguintes discriminações e números:

Discriminação	2025	2024
Receita Orçada	597.486.441,58	593.522.857,27
Receita Arrecadada	660.945.268,14	586.011.968,79
Excesso de Arrecadação	63.458.826,56	(7.510.888,48)
Despesa Autorizada	597.486.441,58	593.522.857,27
Despesa Realizada	535.757.753,36	551.216.707,22
Economia Orçamentária	61.728.688,22	42.306.150,05
Superávit Orçamentário	125.187.514,78	34.795.261,57

25. RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado do exercício está representado da seguinte forma:

	2025	2024
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO		
Receitas Orçamentárias	660.945.268,14	586.011.968,79
Despesas Orçamentárias	535.757.753,36	551.216.707,22
Total	125.187.514,78	34.795.261,57
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
Receitas Extra-orçamentárias	6.013.729,41	3.483.039,10
Despesas Extra-orçamentárias	4.841.301,56	106.566,85
Total	1.172.427,85	3.376.472,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
Variações Ativas	72.263.453,04	83.939.985,92
Variações Passivas	28.543.802,60	21.653.669,69
Total	43.719.650,44	62.286.316,23
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	170.079.593,07	100.458.050,05

As receitas extraorçamentárias estão representadas por baixa de depreciação de bens baixados e por cancelamentos de obrigações a pagar. Já as despesas, refere-se a cancelamentos de créditos a receber bem como a inscrição de valores a pagar.

As variações ativas representam as aquisições, incorporações de bens e baixas das parcelas do empréstimo, e as passivas, as respectivas baixas de bens juntamente com a inscrição das depreciações do período.

26. GRATUIDADE

Em atendimento aos artigos 6º e 69 do regulamento do SESI, o Departamento Regional do Rio Grande do Sul destinou, em 2025, para ações educativas R\$ 169.768.651,05 (R\$ 179.756.569,39 em 2024) correspondendo a 51,35% (58,55% em 2024) da receita líquida de contribuição e para gratuidade R\$ 86.248.159,29 (R\$ 97.728.471,11 em 2024) o que corresponde a 26,09% (31,83% em 202) da receita líquida de contribuição.

Descritivo	%	2025
Receita Compulsória Bruta (RBCC)		397.102.745,39
(Direta, Indireta, Subvenções ordinária, especial e extraordinária)	83,25%	330.588.035,54
(A) Receita Compulsória Líquida (RLCC = RBCC x 83,25%)		
(B) Compulsório aplicado em Ações de Educação		169.768.651,05
% Receita Líquida aplicada em Ações de Educação = (B / A) * 100		51,35%
(C) Compulsório aplicado em Gratuidade		86.248.159,29
% Receita Líquida aplicada em Gratuidade = (C / A) * 100		26,09%

27. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Entidade, como patrocinadora, mantém planos de aposentadoria complementar para seus empregados e dirigentes, nas modalidades de benefício definido e contribuição definida, administrados pela INDUSPREVI – Sociedade de Previdência Privada do Rio Grande do Sul.

- Os Patrimônios de cobertura dos planos totalizam R\$ 339.774.263,12 (R\$ 326.922.521,81 em 2024);
- Os planos estão integralmente cobertos por provisões matemáticas que montam R\$ 325.958.639,22 (R\$ 319.684.685,77 em 2024);
- Os benefícios concedidos foram de R\$ 235.061.746,27 (R\$ 232.360.513,29 em 20234 e os a conceder são de R\$ 90.896.892,95 (R\$ 88.024.187,48 em 2024);
- A contribuição da entidade aos planos montou de R\$ 5.642.552,50 (R\$ 5.435.985,82 em 2024);
- A empresa Responsável pela auditoria da Indusprevi é Munick Auditores Independentes.


A caracterização dos recursos garantidores das provisões matemáticas constituídas é representada por: investimentos de renda fixa e investimentos de renda variável, estando a aplicação das reservas técnicas de acordo com a legislação vigente.

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O SESI/RS mantém uma política de gestão de riscos que está formalizada nos documentos Política e Manual. O primeiro estabelece as diretrizes gerais e o segundo, as etapas para a estruturação, implantação e execução do processo de gestão de riscos. O modelo é compatível com as boas práticas de mercado e sua estrutura é pautada na metodologia COSO-ERM, adaptado, entretanto, às características do ambiente de negócios do SESI/RS.

O SESI/RS, para atender a Resolução do Conselho Nacional (SESI/CN N.º 0049/2019) mantém um Programa de Compliance. A finalidade do programa é promover a interlocução de um conjunto de mecanismos e procedimentos internos, controles, riscos e compliance, transparência, auditoria e ouvidoria, que interagem com outros processos e temas com o propósito de apoiar as ações de modernização e fortalecimento do modelo de governança corporativa.

Mais informações sobre a política de gestão de riscos e compliance da instituição, encontra-se publicado, em capítulo distinto, no seu relatório anual de gestão no portal da transparência.



JAIRO ADRIANI DA COSTA
Contador CRC - 041626/O-8



ANA PAULA WERLANG
Diretora Executiva do Sistema FIERGS